



## **PERFIL PSICOSSOCIAL DAS MULHERES DE PERNAMBUCO QUE TRABALHAM COM A PESCA ARTESANAL: CONTRIBUIÇÕES DESDE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA**

Maria das Mercês C. Cabral.<sup>1</sup>  
Hulda Stadtler<sup>2</sup>  
Lyvia Tavares<sup>3</sup>

### *Introdução*

O universo feminino do mundo da pesca artesanal em Pernambuco ainda é pouco conhecido tanto no meio acadêmico como na sociedade de uma maneira geral.

No intuito de contribuir para uma reflexão acerca deste universo, o presente trabalho que faz parte da pesquisa “Pescadora do Espaço Público: Gênero e Identidade, Saber e Geração” e tem como objetivo principal: redimensionar o valor do saber, da identidade, da reprodução social e da condição de trabalhadora das mulheres da pesca, foca no presente sua atenção na interpretação dos dados psicossociais de 78 mulheres pescadoras residentes no Sertão (Jatobá, Pedrinhas), Agreste-Zona da Mata (Lagoa do Carro, Itaenga, Belo Jardim, Cumaru, Riacho das Almas) e Litoral (São José, Rio Formoso, Tamandaré, Serinhaém, Porto Jatobá, Itapissuma, Itamaracá, Carne de Vaca) pernambucano. A análise dos mesmos foi realizada através do programa estatístico para dados qualitativos e quantitativos - SPSS.

Os dados foram obtidos através de um formulário elaborado e aplicado pela equipe da pesquisa. Este instrumento formado por questões abertas e fechadas abordou e entrecruzou aspectos da vida da mulher pescadora no que diz respeito as suas condições e que foram por nós identificados/considerados como aspectos psicossociais. A importância desses aspectos deve-se ao fato de caracterizem a vida humana através de condições existenciais concretas, como: onde mora, com quem vive, qual escolaridade, a renda familiar, outras fontes de renda que não a pesca, afazeres domésticos, relação com zona rural e agricultura, entre outros. São compreendidos como psicossociais uma vez que interferem na estruturação psíquica das pessoas favorecendo uma percepção de si e dos outros, uma visão de mundo, um modo de ser, enfim, uma *identidade social forte*.

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: mercescabral@uol.com.br

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: stadtler@oi.com.br

<sup>3</sup> Aluna de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: lyviatavares2008@hotmail.com



As informações e afirmações que se faz abaixo não resultam de levantamentos bibliográficos ou de consultas teóricas, mas de pesquisa participante acompanhada por dois formulários relativamente longos (gênero e segurança alimentar) que atingiu 80 mulheres embora para análise considerou-se em 78. O número de anos que essas mulheres dizem ser registradas na Colônia deixa entrever que em sua maioria as mulheres tem menos de 11 anos de determinadas a exercer a pesca profissionalmente e com direitos trabalhistas.

### *O Perfil da Pescadora*

Uma análise inicial dos dados permite traçar um perfil psicossocial geral da mulher pescadora de Pernambuco. Pode-se afirmar que esta mulher tem como uma das características relevantes o fato de ter mais de 30 anos. Sem que houvesse qualquer intencionalidade na definição da amostra, o procedimento estatístico de subdivisão do grupo entrevistado em três faixas etárias revelou que o número de entrevistadas abaixo de 30 anos era bem menor que os outros dois.

Esse dado lança um alerta para o fato de que mulheres jovens já não recorrem tanto a pesca como meio de sobrevivência. Ainda não comparamos esse dado com os de outras questões, mas talvez possamos arriscar um palpite em relação a ser tanto o desgaste e a escassez do meio ambiente um dos elementos responsáveis pelo abandono da pesca, quanto à ausência de reconhecimento da produção feminina e conseqüentemente o baixo rendimento (Silva, 2007). A reduzida quantidade de pescado não permite mais a sobrevivência. A queixa de que *o peixe está acabando* vai do litoral ao sertão.

Por outro lado a baixa escolaridade correspondendo em sua grande maioria ao fundamental incompleto, não permite que essas mulheres consigam bons empregos, nem mesmo de caseiras ou no comércio.

A maioria só tem a pesca como atividade produtiva (61,5%) e as que exercem outra atividade, via de regra, trabalham como diaristas domésticas (10,3%), com artesanato (7,7%) ou na agricultura (12,8%). Elas têm a pesca como certeza quando tudo falta, quando não têm companheiro em casa buscam ajuda na renda de aposentados da família, são diaristas, pegam folgas e às vezes empregos temporários, e até no corte da cana. Em especial as mais velhas foram iniciadas na pescaria antes dos 12 anos por seus próprios pais, sendo que para um bom número, esta iniciação foi feita pela mãe. Embora saiam para pescar com familiares, vizinhas e amigas, metade das pescadoras entrevistadas tem companheiro pescador em casa (56,4%). Um bom número começou a pescar depois de conhecer esse companheiro. Especialmente as mulheres do interior. Mas, parece



que o fato de ter companheiro também pescador em casa está associado ao elevado número das que dizem contar com apenas um salário por mês. As 29 mulheres que têm companheiro pescador em casa e renda de até um salário estão incluindo as bolsas sociais nesse total. Isto parece denunciar o estado de pobreza das famílias de pescadores. A pesca artesanal não garante mais a sobrevivência e segurança alimentar dessas famílias.

Ao se aprofundar o exame dos dados e relacioná-los entre si é possível destacar os seguintes pontos:

- Mais da metade das mulheres na faixa etária de 15-29 anos, ou seja, as pescadoras mais jovens acreditam que não é necessário ensinar aos mais novos sobre a pesca, enquanto que as mulheres mais velhas acreditam, em sua maioria, que seja necessário tal ensinamento.

Dentre as mulheres que pescam em rios e barragens (52,6% - 41 entrevistadas) 25 consideram importante a transmissão de ensinamentos aos mais jovens. Em contra partida das 37 do litoral apenas 15 mulheres afirmam que sim indicando que a transmissão de conhecimentos e conseqüentemente, a reprodução social nas áreas de mangue e estuário encontram-se em maior risco, tanto quanto o próprio ecossistema.

São as mulheres que vêm sentindo a queda vertical desses pescados. Para cada 110 siris ou caranguejos pescados têm-se aproximadamente um quilo de filé. Quando a pesca é boa e os bichos grandes podem-se obter a mesma quantidade com 85 a 90 unidades. Mas, na ausência do *auxílio-defeso* para os produtos das mulheres ocorre à pesca predatória, e a redução se faz sentir. A estreita relação entre a pesca artesanal e os ecossistemas, além de tornar a questão um problema de *desenvolvimento local* traz também uma característica de gênero na divisão social do tipo de produção (homens fazem uma coisa mulheres outra). As mulheres que são aquelas que pescam nas margens ou nas águas rasas de rios e mares sentem mais objetivamente acabar: mariscos, camarões, pequenos peixes, siris, caranguejos, ostras, massunins, taiobas, que se encontram nestes habitats. São especialidades da pesca das mulheres, também, seu beneficiamento e agregação de valor. Comunidades pesqueiras e tradicionais estão deixando de existir junto com as agressões a natureza. Recentemente o governo de Pernambuco anunciou o desmatamento de 1076 hectares de mangue (equivale a 1000 campos de futebol) para ampliação do Complexo Portuário de Suape, que já vem causando muitos transtornos ecológicos<sup>4</sup>. Nesta corrida predatória entre grandes obras (públicas ou privadas) e o aumento do número de pessoas que recorrem à pesca artesanal para sobreviver precisa-se avaliar o nível de contribuição de cada para os desastres ecológicos. Estes fatos expulsam

---

<sup>4</sup> Jornal do Comércio, Recife 27 de março de 2010, Caderno de Economia p.8.



e dizimam comunidades tradicionais aniquilando sua reprodução sociocultural em pulverizações similares as grandes diásporas. Estar-se essencialmente falando do litoral, mas outro dado vem apontar desmantelamento semelhante no mundo rural. Apesar de 52,6% das pesquisadas serem do interior, apenas 30,8% moram em sítio, apenas 12,8% tem a agricultura como outra fonte de renda. Mais da metade dos pescadores abordados pela pesquisa vivem só da pesca: pescou/ vendeu/gastou. Lagoa do Itaenga pareceu à exceção. As mulheres encontradas são produtoras agrícolas e a pesca é complementação. As colônias do entorno como Limoeiro, Feira Nova e até Lagoa do Carro estão afundadas.

Este dado é preocupante, uma vez que ao se projetar para o futuro pode-se inferir que a transmissão dos saberes específicos sobre a pesca artesanal e todo o sistema cultural que a envolve ficará perdido ou ignorado entre as novas gerações. Esses dados revelam também, que a atividade pesqueira está deixando de fazer parte da visão de futuro das mulheres jovens. Quando se fala em futuro pode-se pensar nos filhos e nas filhas dessas mulheres que compreendem que a pesca tem se tornado um recurso difícil e que não deve mais ser transmitida. Há uma queixa grande sobre excesso de pessoas pescando, muitos nunca foram pescadores, estão em busca de alguma saída para total impossibilidade de sobreviver especialmente quando não se tem profissão. A regra parece fugir um pouco quando a mulher exerce atividade considerada na pesca como masculina. Interessante constatar-se que a única mulher pescadora de lagosta em mar alto que encontramos, tem renda familiar superior a dois salários, não possui companheiro em casa e nem tem o auxílio de programa social. O que o dado nos induz a levantar é a hipótese de que atividades da pesca mais masculinas, como a pesca da lagosta e mar alto, é mais bem remunerada. Ainda assim a mesma pescadora afirma que pelo mesmo trabalho, captura de lagosta, ela ganha menos que os companheiros homens. Ao cair doente ou qualquer coisa que o valha fica muito tempo desamparada, pois recebe por produção e o auxílio social na pesca não equivale ao ganho real, mas a um salário. São vários os fatores, mas para relacioná-los a *gênero*, pode-se apontar a discriminação quando, por exemplo, o dono do barco precisa escolher entre ela e um homem para ir ao mar. Outro exemplo está na falta de acesso à tecnologia. Grande número de homens já possui GPS para pescar, ela depende do GPS e do barco do dono. As mulheres têm pouca condição de ter barco próprio. Das 55,1% que afirmam possuir embarcação mais de 40% pertence ao companheiro ou a familiares. A moradia para abrigar a prole ocupa o primeiro lugar nas metas femininas.

- Com relação às pescadoras que ensinam ou vêem importância nesta transmissão de saberes, vimos que o foco da transmissão em todas aquelas mulheres, independente da faixa etária e está em



ensinar o uso dos apetrechos para pesca. Mas, ao direcionar-se a conversa para outros aspectos da vida, como dificuldades para pescar, as mulheres passam a informar os detalhes e dificuldades para se obter uma boa pescaria. Conhecer o tempo, o fluxo das marés, as localidades por época do ano, os caminhos menos perigosos dentro das estacas pontudas do mangue, o jeito da lama, a fuga da beliscada do siri, o jeito de colocar as mãos no buraco dos bichos, etc. Remar a canoa ou batera para o lugar certo, enfrentar as mudanças no tempo, saber a hora de voltar, tudo isto vai sendo descrito como importante. De alguma forma parte do etnoconhecimento está resguardado, mas não sobreviverá às profundas alterações na relação com o meio ambiente.

- Ainda no tocante a necessidade de transmissão de saberes da pesca se pode observar que mulheres mais velhas e de baixa escolaridade consideram que a observação direta ou o acompanhamento de quem pesca é suficiente para transmitir ensinamentos às pessoas mais jovens. Aprenderam acompanhando seus pais ou familiares às marés e rios, fizeram disso brincadeira e depois guardaram os ensinamentos que hoje lhe permitem sobreviver.

- O uso de apetrechos é o ensinamento mais corriqueiro como já foi dito. A maioria das mulheres tem propriedade sobre apetrechos simples da pesca como jereré, tarrafa, covos e redes pequenas, possuem sua foice, cesto etc. O que, entretanto as diferencia dos homens diz respeito a ter a posse da embarcação e de recursos técnicos. Aquelas cuja pesca veio para suas vidas como recurso financeiro alternativo ou complementação de renda após conhecerem o pescador que seria seu companheiro continuam vivendo junto com este. A grande maioria dessas mulheres iniciou-se após os 18 anos e são oriundas da zona rural agreste e sertão. A motivação econômica é mais forte nesta fase da vida e no contexto do casal do que enquanto criança, na casa dos pais. É quase certo que a presença de um companheiro pescador, um pai ou irmãos faça a mulher responder que possui embarcação. Ter companheiro pescador garante apenas duas dessas mulheres terem barco a motor em casa. Quando questionamos quantas pessoas moram em casa 42,3% das mulheres mora só com o companheiro. São 19 mulheres do agreste e sertão nessa condição. As mulheres desacompanhadas muitas vezes têm que pedir apetrechos emprestados a família ou vizinhança além da embarcação.

- A presença dos homens e crianças nas famílias parece conduzir a mulher a buscar recursos ampliando sua própria produção ou buscando auxílio governamental. As mulheres buscam as bolsas. A renda com a pesca é pequena, 75% recebem entre R\$ 30,00 e 50,00 reais por semana. De qualquer modo, pensar na quantia mensal entre R\$120,00 e 200,00 reais com a pesca e somá-la a *bolsa família* R\$95,00 a 165,00, quando abatido o total do salário mínimo R\$510,00, deixa pequena margem para contribuição monetária masculina, menos que metade de um salário. Para surpresa se



verifica que um bom número das mulheres com renda familiar acima de dois salários (32,1%) não tem companheiro pescador em casa. A presença de companheiro pescador mantém a renda até um salário. Algumas que vivem em zona rural parecem obter o restante de sua renda da agricultura, mas o número de mulheres agricultoras é muito pequeno (12,8%). O que parece indicar que a associação agricultura e pesca eleva o rendimento familiar. Duas mulheres de renda familiar superior a três salários vivem com os companheiros e pertencem à zona rural. Uma delas tem um filho no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e a outra não recebe auxílio social.

- Como se diz acima, parte da renda familiar para as mulheres rurais advém da agricultura, embora apenas 12,8% afirmem realmente trabalhar nela. Decidiu-se por tentar detalhar como essa renda mais alta é obtida e distribuída, tentar avaliar o tanto que parece associada à presença de homens e a organização familiar desta região. Os dados deixam bem claro que a bolsa família atende mais diretamente a maioria mais pobre das pescadoras. Não se tem absoluta certeza que parte da falta do investimento na agricultura ou outras atividades pelas mulheres venha da presença das políticas públicas e em especial a da *bolsa família*. Contudo, o cruzamento de dados pelo SPSS nos leva a outras visões e hipóteses sobre o comportamento das mulheres que recebem esta contribuição social. Quando se cruza o número de pessoas com quem a pescadora afirma residir com a presença de programas assistenciais do governo em sua renda familiar e a localidade em que pesca, constata-se que 26 mulheres que afirmam morar só com o companheiro (casal) também possuem *bolsa família*. Das 26 mulheres 9 são do litoral e 17 da zona rural. O número de casos parece proporcional ao número de entrevistas entre o litoral e o interior do Estado, onde ainda que morando só o casal, essas 26 mulheres possuem *bolsa família*. Cruzando-se faixa etária, companheiro e programa social entre essas mulheres, observa-se que a faixa etária das 9 mulheres do litoral fica entre 15 e 29 anos e nas regiões do agreste e sertão as 17 mulheres estão em idade superior a 30 anos. Várias são as hipóteses que se pode levantar. Tanto mulheres jovens no litoral quanto mulheres mais velhas do sertão e agreste residem com novos companheiros e adquirem a *bolsa família* para sustentar crianças que residem com familiares de relacionamento anterior. Essas mulheres quando jovens ou desde cedo tem e deixam suas crianças aos cuidados de familiares, juntam-se com outros companheiros e usam a *bolsa família* como um auxílio a quem fica com as crianças. Talvez o número maior de ocorrências entre as sertanejas esteja correlacionado com a forma de organização familiar. A família extensa participa de todas as etapas de desenvolvimento das mulheres (ajudando ou controlando). É intrigante o dado porque em outra sessão da entrevista a grande maioria afirma ser a própria responsável pelos trabalhos com a reprodução, inclusive cuidar



e ensinar as crianças. São apenas dez as mulheres que dizem viver sozinhas com os/as filhos/as e que possuem *bolsa família* e outras 6 que vivem com filhos/as e familiares. As demais categorias estão sempre compostas pelo casal e filhos/as, familiares ou agregados/as. Não se estar preocupado com as unidades onde vivem menores e que possuem a *bolsa família*, o que chama atenção são as unidades sem menores (42,3% - representa 33 das entrevistas) onde 26 afirmam receber a *bolsa família*. Outra hipótese a ser suscitada seria se este é um modelo de reconstrução da vida privada experimentado pelas mulheres, reconstruir a vida com novos companheiros e garantir a sobrevivência da prole em outra residência com o auxílio do governo? É sabido pelo órgão público responsável pela distribuição das bolsas o local em que as crianças residem e com quem?

- Alguns dados podem indicar os perfis familiares aonde o fenômeno vem se instalando. A maioria das famílias onde a pescadora vive e que recebe alguma bolsa o companheiro vive em casa. E muitas que não tem companheiro em casa não recebe nenhum tipo de auxílio. A interação entre esses dois dados leva a conclusão de que primeiramente, mulheres em piores condições de privação e sem apoio masculino são menos atingidas por essas políticas. A presença masculina leva a mulher a buscar apoio em outras formas de subsistência que não a pesca ou a agricultura o que redundam em outra perda na transmissão de saberes e nas práticas tradicionais. O encontro com o companheiro leva as mulheres a reduzir o nível escolar ao ensino fundamental e as mais velhas não voltam a estudar<sup>5</sup>. Dizendo de outro modo percebe-se nos dados que após o encontro com o companheiro pescador as mulheres abandonam a escola para se dedicarem aos afazeres reprodutivos.

- Todas as mulheres afirmam vender seu pescado (muito ou pouco). A pesca não é apenas para comer e prover proteínas. Ela é o ganho monetário para as mulheres. Independente do local em que pesca, a grande maioria das mulheres comercializa diretamente sua pesca de porta em porta, em sua própria residência, feiras e mercados. Apontam como maior dificuldade o fato de não terem comprador certo, como também os baixos preços do pescado (1 kg de siri ou aratu filetado fica por R\$12,00 para o atravessador), a baixa estação e a escassez do pescado. As atividades reprodutivas são pouco apresentadas como dificultando a produção com a pesca.

- As mulheres que pescam nos rios e barragens recebem mais por semana que as que trabalham no litoral. Este pode ser outro fato que faz com que as pescadoras do mangue, quando comparadas às pescadoras do rio, não vejam como necessário a reprodução social dos saberes da pesca (socialização e defesa profissional).

---

<sup>5</sup> Resultados Preliminares o Programa Pescando letras no Estado de Pernambuco. Cruz, M.S e Mattos, S.M. G. Recife, UFRPE, Departamento de Pesca, 2007.



### *Considerações finais*

Os dados até então levantados podem informar que quando olhadas no sentido da faixa etária e do tempo regular em que exercem as atividades na pesca as mulheres apresentam de fato algumas características em seu perfil que certamente se vinculam às questões de tempo e espaço. Quando se fala de tempo não se refere apenas ao tempo produtivo em que essas mulheres estão imbricadas. Refere-se também ao tempo histórico e as condições governistas antes e após a Constituição de 88. O tempo para as jovens pescadoras – 21 anos após – pode representar toda sua vida e indicar que nasceram em um contexto sócio-histórico onde a pesca não é mais uma questão de Segurança e Soberania Nacional, mas um setor produtivo relacionado especialmente ao meio ambiente que passa por um processo de resgate da cidadania e de outro modelo de controle estatal. Aqui uma outra dimensão de sua vida se faz bem presente que é o espaço, geográfico e político. Essas jovens de até 30 anos também se encontram em um momento de reestruturação pessoal acionado pelas mudanças dos tempos. Desde o governo anterior as novas políticas públicas implementam uma reorganização no setor da pesca artesanal (inclusão de gênero) como setor abarcado pela agricultura familiar, para a qual as jovens pescadoras ainda não se organizaram. Isto faz com que muitas dessas mulheres não vejam mais em suas identidades o que viam as mais velhas e não buscaram ainda sua autonomia profissional. Os locais de pesca por sua vez sofrem imensamente com a degradação e poluição ambiental gerando desinteresse principalmente em regiões de litoral. O tempo doméstico também ainda não lhe é favorável. Vivendo em localidades de baixa escolaridade e com pouco acesso a creches ou a instituições que as auxiliem nos trabalhos reprodutivos, a maioria das jovens aguarda o momento de ter direito a um auxílio defeso ou a um auxílio maternidade pela incongruência temporal entre o que exige a lei previdenciária e o tempo que contribui ou é inscrita na colônia. Neste sentido, também podemos entender o porquê da transmissão de saberes ser considerada dispensável pelas pescadoras mais jovens e em especial as que pescam no mangue.

O que as mulheres pescam sempre foi considerado *produto de segunda*, o pescado nobre vem da pesca industrial ou em alto mar realizada majoritariamente por homens. Somem-se a isso as contínuas queixas pela ausência de ter a quem vender, falta de transporte para feiras, apetrechos atrasados e falta de crédito. As mulheres se queixam de que a confusão gerada em sua identidade de





pesca pela de agricultora familiar as faz sofrer duplamente, falta de reconhecimento profissional e falta de acesso ao crédito do Pronaf que foi comprometido pela inadimplência de outras categorias.

Pretende-se ao final do estudo apontar em que direção está indo a vida dessas mulheres. Um item já é indicativo desses destinos: a faxina. Um grande número dessas mulheres, especialmente no litoral, recorre a atividades domésticas remuneradas para suprir as necessidades com sua reprodução. O trabalho doméstico tem se tornado um modelo próximo de análise dos rumos que as mulheres pobres têm tomado. Nesse campo também já existem atividades organizadas para seu reconhecimento, mas é sem dúvida o local em que entre 30 e 40 milhões de mulheres ainda lutam pela cidadania.

### *Referência Bibliográfica*

Arretche, Marta T. S. “Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.14 n.40., p.111-141, junho, 1999.

Cardoso, Eduardo S. **Pescadoras Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. São Paulo, USP, Departamento de Geografia, Tese de Doutorado (PDF) , 2001 em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-14012003-160032/>. Acesso em: 23/09/2009

Silva, Carmem (Org.) **Encontros Possíveis. Feminismo e Agroecologia**. Recife, SOSCorpo, 2007.

Clauzet, M; Ramires, M e Barrella, W. 2005 “Pesca Artesanal e Conhecimento Local de duas Populações Caiçaras ( Enseada do Mar Virado e Barra do Uma) no Litoral de São Paulo, Brasil”, São Paulo , 2005 em: [http://www.multiciencia.unicamp.br/artigos\\_04/rede\\_01\\_.pdf](http://www.multiciencia.unicamp.br/artigos_04/rede_01_.pdf). Acesso em: 25/03/2010